

Demonstrações contábeis

**Conselho das Secretarias Municipais
de Saúde do Rio Grande do Norte
("COSEMS/RN")**

31 de dezembro de 2019

**Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte
("COSEMS/RN")**

Demonstrações contábeis

MRP - 310/2020

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações contábeis01

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial.....	04
Demonstração do resultado do período	05
Demonstração do resultado abrangente	06
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	07
Demonstração dos Fluxos de Caixa	08
Notas explicativas às demonstrações contábeis	09

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Diretores e Conselheiros do
Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte
COSEMS RN
Natal - RN

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte ("COSEMS/RN"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte ("COSEMS/RN"), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Ausência de entrega de obrigações fiscais acessórias

O COSEMS/RN não realizou a entrega da totalidade das suas obrigações fiscais acessórias. Cabe ressaltar que essa situação ensejará em multas fiscais com valores relevantes para o Conselho. O COSEMS/RN não registrou contabilmente a provisão das multas pela não entrega das obrigações acessórias. Não foi possível determinar os efeitos desse assunto nas demonstrações contábeis do COSEMS/RN no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Conselho, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Elaboração de normativos para definir regras na contratação de despesas

O COSEMS-RN não possui normativos para definir as regras de contratação das suas despesas. Por gerir recursos públicos, na contratação de suas despesas, o COSEMS-RN deve adotar regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos, que preservem os princípios gerais que norteiam a execução da despesa pública, atentado para os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, descritos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do COSEMS/RN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu opinião sem modificações no dia 22 de maio de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conselho continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conselho ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Conselho são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conselho.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conselho. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conselho a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal - RN, 03 de abril de 2020.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4
CNAIPJ – 000041
CVM – 11.720

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O-0

CONSELHO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE- COSEMS
C.N.P.J.:24.520.025/0001-84

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

Nota

ATIVO		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>173.607</u>	<u>163.334</u>
Disponível	3	173.607	163.240
Outros Créditos		-	94
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>12.529</u>	<u>5.864</u>
Imobilizado	7	12.529	5.864
Bens sem Restrição			
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>186.136</u>	<u>169.198</u>
PASSIVO		<u>43.830</u>	<u>43.465</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>14.494</u>	<u>29.146</u>
Empréstimos		-	600
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	10.854	22.822
Obrigações tributárias	10	3.640	5.724
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>171.642</u>	<u>140.052</u>
Ajustes de Exercícios Anteriores	13	(1.341)	-
Patrimônio Social	13	140.052	215.152
Superávit ou Déficit do Período	13	32.931	(75.100)
<u>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>186.136</u>	<u>169.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	Nota	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superávit/déficit do período		32.931	(75.100)
Outros resultados abrangentes		-	-
		<hr/>	<hr/>
Total dos resultados abrangentes do período		<u>32.931</u>	<u>(75.100)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSELHO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE- COSEMS
C.N.P.J.:24.520.025/0001-84

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	PATRIMÔNIO SOCIAL	OUTRAS RESERVAS	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO PERÍODO	TOTAL DO PATRIMÔNIO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	215.152	-	-	-	215.152
Superávit/Déficit do Período				(75.100)	(75.100)
Ajustes de Exercícios Anteriores					-
Recursos de Superávit com Restrição					-
Transferência para Superávit Acumulado					-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	215.152	-	-	(75.100)	140.052
Superávit/Déficit do Período				32.931	32.931
Ajustes de Exercícios Anteriores			(1.341)		(1.341)
Recursos de Superávit com Restrição					-
Transferência para Superávit Acumulado	(75.100)			75.100	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	140.052	-	(1.341)	32.931	171.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CONSELHO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE- COSEMS
C.N.P.J.:24.520.025/0001-84

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
RECEITAS OPERACIONAIS			
Receita Programa (Atividade) de Saúde		1.401.461	1.314.752
Portaria nº220 - CONSASEMS		1.398.127	1.294.752
Ressarcimento de Hospedagem por Secretários Municipais		3.334	-
Apoio Financeiro Conasems		-	20.000
Outras Receitas		1.779	1.980
Doações de Terceiros		979	-
Devolução de Diária		800	1.980
DESPESAS COM PESSOAL			
	15	(334.538)	(320.110)
Salários e Ordenados		(213.956)	(176.503)
13º Salário		(18.274)	(16.565)
Férias		(7.439)	(29.706)
INSS		(74.111)	(71.752)
FGTS		(19.386)	(19.292)
Rescisões		(1.372)	(6.292)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS			
		(3.696)	(3.812)
PIS		(2.214)	(2.418)
IPTU		(1.172)	(847)
Taxas Diversas		(310)	(547)
DESPESAS GERAIS			
		(1.031.981)	(1.077.276)
Energia Elétrica		(5.074)	(4.268)
Água e Esgoto		(1.031)	(919)
Telefone		(12.081)	(12.050)
Material de Escritório		(3.013)	(4.919)
Material de Higiene e Limpeza		(2.492)	(1.311)
Serviços Prestados por Terceiros		(98.550)	(107.182)
Assistência Contábil		-	(22.000)
Aluguéis		(29.400)	(29.400)
Aluguel de Veículos		-	(2.400)
Eventos		(17.992)	(121.410)
Livros, Jornais e Revistas		(87)	-
Combustíveis		(1.375)	(1.106)
Conselho Nacional de Saúde		(50.000)	(700)
Hospedagem		(62.711)	(50.917)
Refeições		(2.623)	(8.196)
Diárias		(251.850)	(223.050)
Passagens		(28.792)	(91.181)
Ajuda de Custo		-	(3.000)
Correios		(27)	-
Internet		(1.310)	(2.420)
Despesas Diversas		(2.305)	(3.385)
Táxi ou Uber		(931)	(1.529)
Serviços Prestados - Pessoa Física		(28.148)	(34.646)
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica		(430.059)	(229.482)
Depreciações		(1.873)	(2.818)
Estacionamento		(257)	(152)
Despesas Congresso Nacional Conasems		-	(118.835)
SUPERÁVIT ANTES DA RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS			
		33.025	(84.466)
Receita financeira		3.451	11.234
Juros Passivos		(480)	-
Tarifa Bancária		(1.565)	(1.018)
Desconto Adiantamento Conasems		(1.500)	-
Perdas por Roubos e Furtos		-	(850)
RESULTADO FINANCEIRO			
	16	(94)	9.366
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO			
		32.931	(75.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CONSELHO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO NORTE- COSEMS
C.N.P.J.:24.520.025/0001-84

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit (Déficit) do Período		32.931	(75.101)
Ajustes por:			
(+) Depreciação		1.873	2.818
Superávit (Déficit) Ajustado		34.804	(72.283)
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS			
Despesas antecipadas		-	-
Adiantamento a empregados		94	8.068
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS		(15.626)	14.986
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(11.968)	12.802
Obrigações tributárias		(2.084)	2.184
Outras Obrigações		(1.574)	-
(=) CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		19.272	(49.230)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Venda (aquisição) de bens do ativo imobilizado		(8.399)	(3.791)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(8.399)	(3.791)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Outros Recebimentos por Financiamentos		(600)	(50)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(600)	(50)
(=) AUMENTO LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		10.273	(53.070)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	163.334	216.311
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	173.607	163.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Natal (RN), 31 de dezembro de 2018

Débora Costa dos Santos
 Presidente

Carlos Alberto Ferreira da Cruz
 Contador CRC-RN nº 2707

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE - COSEMS/RN

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019

1-CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte (Cosems/RN), foi constituído no ano de 1989 como ente de mobilização e representação dos gestores da política de saúde dos municípios potiguares. De direito privado, sem fins lucrativos e se pautando pelos princípios que regem o direito público, o Cosems/RN reúne os 167 secretários municipais de saúde do Estado.

O Cosems/RN tem como missão agregar e representar o conjunto de todas as secretarias municipais de saúde, promovendo o pleno exercício das responsabilidades dessas instituições na política de saúde perante as demais esferas de governo e aos poderes legislativo e judiciário, além de outras entidades da sociedade civil organizada.

Ao longo de toda sua história o Cosems/RN cresceu e, solidariamente, se constituiu em um espaço de formulação de políticas públicas de saúde no território potiguar. Incessantemente busca melhorar os resultados, lutando para vencer os desafios, agregando em sua pauta de atuação, assuntos relacionados à qualidade de vida, saúde e cultura de paz, com forte atuação nas definições do pacto pela saúde na defesa de um financiamento mais justo para o Sistema Único de Saúde (SUS), na redução das desigualdades municipais, na construção da pactuação regional e na gestão do trabalho como função estratégica para garantir o acesso integral à saúde no SUS.

Além de aprimorar as funções de representação técnica e política dos municípios, o Colegiado busca parcerias com órgãos formadores para capacitação de gestores e profissionais de saúde, destacando-se como parceiros à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), à Secretaria

Estadual da Saúde Pública (Sesap), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e o Ministério da Saúde (MS), dentre outros.

2-APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Como se trata de uma entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis também foram elaboradas de acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução no 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1)- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Cosems/RN em 31 de dezembro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Cosems/RN e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Apresentação dos ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Cosems/RN e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Cosems/RN possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados ou pelo seu valor de custo, o menor entre os dois considerando as amortizações, variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais.

São classificados como ativo circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço ou que esteja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

São classificados como passivo circulante quando estiver mantido essencialmente com finalidade de ser negociado ou deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

2.4 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Cosems/RN considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Cosems/RN quando a entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo

valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.6 Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

Descrição	Anos
Edifícios	25
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de Informática	5
Veículos	5
Máquinas e Equipamentos	10

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.

As imobilizações em andamento para produção, suprimento ou fins administrativos, ou para fins ainda não determinados, são demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. São registrados como parte dos custos os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Cosems/RN.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios. No entanto, quando não há razoável certeza de que a propriedade será obtida ao término do arrendamento, os ativos são depreciados pelo prazo do arrendamento ou da sua vida útil, qual for o menor.

2.7 Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso;
- A intenção de se completar o ativo intangível;
- A capacidade de usar o ativo intangível;
- O ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível; e
- A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Cosems/RN revisa o valor contábil dos seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o Cosems/RN tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

2.11 Apuração dos resultados

O Cosems/RN adota o regime de competência para o registro de suas despesas com base nas disposições contidas na Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2019.

As receitas dos recursos vinculados aos projetos são registradas no momento da utilização dos referidos recursos para o objeto dos respectivos projetos.

2.12 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Cosems/RN irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Cosems/RN reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Mais especificamente, as subvenções governamentais cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pelo Cosems/RN são reconhecidas no balanço patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos correspondentes ativos.

As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato a o Cosems/RN, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

Os empréstimos subsidiados concedidos pelo Governo e obtidos a taxas de juros abaixo do mercado são tratados como subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo do empréstimo calculado com base em taxas de juros de mercado.

2.13 - Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Cosems/RN use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e

passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3-CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Recursos Disponíveis	2019	2018
Caixa e Bancos	R\$ 162,92	R\$ 1.516,08
Aplicações Financeiras	R\$ 173.444,33	R\$ 161.724,14

4-CRÉDITOS A RECEBER

Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de créditos a receber.

5-ESTOQUES

Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de estoque.

6-DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da entidade que estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios, bem como as respectivas provisões e os valores líquidos. Os depósitos judiciais estão registrados pelo valor atualizado.

Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de depósitos judiciais.

7-IMOBILIZADO

31/12/2019

31/12/2018

Descrição	Taxa de Depr.	Valor Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis e Utensílios	10%	R\$ 17.605,00	R\$ 9.052,41	R\$ 8.642,59	R\$ 1.713,18
Utensílios de Cozinha	10%	R\$ 1.816,03	R\$ 501,88	R\$ 1.314,15	R\$ 1.293,51
Máquinas e Equipamentos	10%	R\$ 2.197,05	R\$ 347,89	R\$ 1.849,16	R\$ 2.068,88
Comput. e Periféricos	20%	R\$ 14.811,74	R\$ 13.999,12	R\$ 812,62	R\$ 788,60
Total	-	R\$ 36.429,82	R\$ 23.901,30	R\$ 12.528,52	R\$ 5.864,17

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado do Cosems/RN estão demonstrados a seguir:

Custo de Aquisição	de 31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Móveis e Utensílios	R\$ 9.405,00	R\$ 8.200,00	-	R\$ 17.605,00
Utensílios de Cozinha	R\$ 1.617,03	R\$ 199,00	-	R\$ 1.816,03
Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.197,05	-	-	R\$ 2.197,05
Comput. e Periféricos	R\$ 14.673,74	R\$ 138,00	-	R\$ 14.811,14
Total	R\$ 27.892,82	R\$ 8.537,00	-	R\$ 36.429,82

Depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Móveis e Utensílios	R\$ 7.691,82	R\$ 1.360,59	-	R\$ 9.052,41
Utensílios de Cozinha	R\$ 323,52	R\$ 178,36	-	R\$ 501,88
Máquinas e Equipamentos	R\$ 128,17	R\$ 219,72	-	R\$ 347,89
Comput. e Periféricos	R\$ 13.885,14	R\$ 113,98	-	R\$ 13.999,12
Total	R\$ 22.028,64	R\$ 1.872,65	-	R\$ 23.901,30

O Cosems/RN avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019. Durante o exercício, o Cosems/RN não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

8-INTANGÍVEL

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de intangível.

9-FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

As contas a pagar a fornecedores e provisões são compostas principalmente pelos valores em aberto de serviços contratados pela entidade. Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de intangível.

10-SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

Saldos	2018	2019
INSS a recolher	R\$ 12.658,35	R\$ 8.831,52
FGTS a recolher	R\$ 1.555,17	R\$ 1.587,68
IRRF a recolher	R\$ 4.056,17	R\$ 3.127,88
ISS a Recolher	R\$ 1.284,70	R\$ 313,65
PIS s/ Folha a Recolher	R\$ 384,74	R\$ 198,46
Total	R\$ 19.939,13	R\$ 14.059,19

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de serviços de terceiros, e que a entidade apenas repassa aos Órgãos Governamentais.

11-PARCELIAS COM ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E PRIVADAS

Referem-se a recursos recebidos antecipadamente de patrocinadores e ainda não destinados aos programas e projetos. Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de parcerias com entidades governamentais e privadas.

12-CONTINGÊNCIAS

O Cosems/RN não é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a

hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

13-PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Cosems/RN é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício do período/acumulado, os ajustes de avaliação patrimonial, quando considerados, enquanto não computados no resultado do exercício, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

14-GRATUIDADE E VOLUNTARIADO

Conforme estabelece os parágrafos 16 e 19 da ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e as gratuidades pelo valor efetivamente praticado, respectivamente. O Cosems/RN não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2019 e de 2018.

15-DESPESAS POR NATUREZA

Compreendem todas as despesas essenciais para a continuidade das atividades operacionais, bem como todos os gastos necessários na atividade fim do Cosems/RN, conforme apresentados abaixo:

Despesa	2019	2018
Salários e Ordenados	R\$ 213.956,26	R\$ 176.503,00
13º Salário	R\$ 18.273,92	R\$ 16.564,67
Férias	R\$ 7.439,37	R\$ 29.706,47
INSS	R\$ 74.111,36	R\$ 71.752,52
FGTS	R\$ 19.385,64	R\$ 19.292,46
Rescisões	R\$ 1.371,82	R\$ 6.291,66
PIS	R\$ 2.214,01	R\$ 2.418,00
IPTU	R\$ 1.171,83	R\$ 847,28
Taxas Diversas	R\$ 310,03	R\$ 546,51
Energia Elétrica	R\$ 5.073,76	R\$ 4.267,93
Água e Esgoto	R\$ 1.030,86	R\$ 919,22
Telefone	R\$ 12.081,30	R\$ 12.049,95

Mat. de Escritório	R\$ 3.013,20	R\$ 4.918,87
Mat. de Hig. e Limpeza	R\$ 2.491,74	R\$ 1.311,22
Assistência Contábil	-	R\$ 22.000,00
Serv. Prestados por Terceiros	R\$ 98.549,90	R\$ 107.181,66
Serv. Pessoa Física	R\$ 28.148,00	R\$ 34.646,00
Serv. Pessoa Jurídica	R\$ 430.059,58	R\$ 229.481,76
Aluguéis	R\$ 29.400,00	R\$ 29.400,00
Eventos	R\$ 17.992,13	R\$ 121.410,00
Livros, Jornais e Rev.	R\$ 87,00	-
Combustíveis	R\$ 1.374,95	R\$ 1.106,36
Depreciações	R\$ 1.872,65	R\$ 2.817,73
Conselho Nacional de Saúde	R\$ 50.000,00	R\$ 700,00
Hospedagem	R\$ 62.710,69	R\$ 50.917,52
Refeições	R\$ 2.623,26	R\$ 8.195,60
Aluguel de Veículos	-	R\$ 2.400,00
Diárias	R\$ 251.850,00	R\$ 223.050,00
Ajuda de Custo	-	R\$ 3.000,00
Passagens	R\$ 28.791,62	R\$ 91.180,95
Correios	R\$ 27,30	-
Internet	R\$ 1.310,01	R\$ 2.420,00
Despesas Diversas	R\$ 2.304,96	R\$ 3.385,15
Táxi ou Uber	R\$ 931,23	R\$ 1.529,42
Estacionamento	R\$ 257,00	R\$ 152,00
Disp. Congresso Nacional	-	R\$ 118.834,71
Juros Passivos	R\$ 479,81	R\$ 1,25
Tarifas Bancárias	R\$ 1.564,52	R\$ 1.017,42
Perdas com Roubo/Furto	-	R\$ 850,00
Total	R\$ 1.372.259,71	R\$ 1.403.067,19

16-RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro	2019
Receitas Financeiras	R\$ 3.450,70
Rendimentos Financeiros	R\$ 3.450,70
Despesas Financeiras	(R\$ 3.544,33)
Juros Passivos	(R\$ 479,81)
Tarifas Bancárias	(R\$ 1.564,62)
Desc. Adiantamento Conasems	(R\$ 1.500,00)
Total	(R\$ 93,63)

17-SEGUROS

Em 2019, o Cosems/RN não apresenta saldo de seguros.

18-IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O Cosems/RN é imune à incidência de tributação sobre seus resultados e operações por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Em

conformidade com a legislação pertinente, o Cosems/RN cumpre com todos os requisitos para o gozo da imunidade tributária.

O Código Tributário Nacional (CTN) traz requisitos para o gozo da imunidade tributária. O artigo 14 do referido Código estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social do Cosems/RN e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.3º- parágrafo Primeiro do Estatuto Social);
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 29º - parágrafo Segundo do Estatuto Social);
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 36º do Estatuto Social).

19-DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA

O Conselho Diretor do Cosems/RN declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações contábeis correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

20-EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, relacionados com o Cosems/RN, que possam ter efeito relevante em suas demonstrações contábeis.